

ORGANIZADORES

Ana Rodrigues Cavalcanti Alves

Christiane Jalles

Enio Passiani

Helga Gahyva

Lucas Trindade

Marcos Abraão Ribeiro

Maro Lara Martins

Sergio B. F. Tavoraro

ESTABELECIDOS E OUTSIDERS DO PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO

ORGANIZADORES

Ana Rodrigues Cavalcanti Alves

Christiane Jalles

Enio Passiani

Helga Gahyva

Lucas Trindade

Marcos Abraão Ribeiro

Maro Lara Martins

Sergio B. F. Tavoraro

ESTABELECIDOS E OUTSIDERS DO PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO

FAPES
FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA
E INOVAÇÃO DO ESPÍRITO SANTO

| São Paulo | 2024 |

 **pimenta
cultural**

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

E79

Estabelecidos e Outsiders do Pensamento Social Brasileiro / Organização Ana Rodrigues Cavalcanti Alves... [et al.]. – São Paulo: Pimenta Cultural, 2024.

Demais organizadores: Christiane Jalles, Enio Passiani, Helga Gahyva, Lucas Trindade, Marcos Abraão Ribeiro, Maro Lara Martins, Sergio B. F. Tavoraro.

Livro em PDF

ISBN 978-85-7221-177-2

DOI 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-177-2

1. Pensamento Social Brasileiro. 2. Teoria Social.
3. Sociologia dos Intelectuais. 4. Sociologia da Cultura.
5. História das Ciências Sociais. I. Alves, Ana Rodrigues Cavalcanti (Org.). II. Jalles, Christiane (Org.). III. Passiani, Enio (Org.). IV. Gahyva, Helga (Org.). V. Trindade, Lucas (Org.). VI. Ribeiro, Marcos Abraão (Org.). VII. Martins, Maro Lara (Org.). VIII. Tavoraro, Sergio B. F. (Org.). IX. Título.

CDD: 301

Índice para catálogo sistemático:

I. Ciências Sociais - História

Simone Sales - Bibliotecária - CRB ES-000814/0

Copyright © Pimenta Cultural, alguns direitos reservados.

Copyright do texto © 2024 os autores e as autoras.

Copyright da edição © 2024 Pimenta Cultural.

Esta obra é licenciada por uma Licença Creative Commons:

Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional - (CC BY-NC-ND 4.0).

Os termos desta licença estão disponíveis em:

<<https://creativecommons.org/licenses/>>.

Direitos para esta edição cedidos à Pimenta Cultural.

O conteúdo publicado não representa a posição oficial da Pimenta Cultural.

Direção editorial	Patricia Biegging Raul Inácio Busarello
Editora executiva	Patricia Biegging
Coordenadora editorial	Landressa Rita Schiefelbein
Assistente editorial	Júlia Marra Torres
Diretor de criação	Raul Inácio Busarello
Assistente de arte	Naiara Von Groll
Edição eletrônica	Andressa Karina Voltolini Milena Pereira Mota
Imagens da capa	Freepik, rawpixel.com, yanademenishin - Freepik.com
Tipografias	Acumin, Gobold Extra2, Open Sans
Revisão	Os autores e os organizadores
Organizadores	Ana Rodrigues Cavalcanti Alves Christiane Jalles Enio Passiani Helga Gahyva Lucas Trindade Marcos Abraão Ribeiro Maro Lara Martins Sergio B. F. Tavolaro

PIMENTA CULTURAL

São Paulo • SP

+55 (11) 96766 2200

livro@pimentacultural.com

www.pimentacultural.com



2 0 2 4

APRESENTAÇÃO

Este livro começou a ser semeado há três anos, por ocasião do 45º Encontro Anual da Anpocs. Àquela altura, os professores Sergio Tavolaro (UnB) e Enio Passiani (UFRGS) propuseram a Mesa Redonda *(Re)Leituras e usos dos clássicos do Pensamento Social Brasileiro*, que contou com a participação, como expositoras/es, de Eliane Veras (UFPE), Helga Gahyva (UFRJ), do próprio Sergio e de Christiane Jalles (UFJF) como debatedora.

Tínhamos como fio condutor a ideia de que as/os Clássicas/os, segundo a definição igualmente clássica de Ítalo Calvino, são aqueles livros e autoras/es que nunca são apenas lidas/os, mas relidas/os, pois se dispõem a novas descobertas. As/os clássicas/os são incontornáveis, o que não quer dizer que constituam unanimidades incontestáveis. Ao contrário, são só assim denominados porque sujeitas/os à controvérsia e ao debate, fazendo avançar a produção do conhecimento. Se voltamos a elas/es, é com o intuito de iniciar novos diálogos ou resgatar antigas conversas inacabadas, prestando-se à sua atualização, à sua ressignificação ou, até mesmo, à sua superação – que não se concretizaria se a elas/es não retornássemos.

Nesse sentido, o nosso objetivo era retomar a obras do Pensamento Social Brasileiro a partir de outras e novas chaves analíticas, garantindo uma pluralidade de abordagens capaz de renovar não apenas a sua leitura, senão o campo das ciências sociais de forma mais abrangente e, por conseguinte, as interpretações sobre o próprio país.

Os três trabalhos que constituíam aquela Mesa revisitaram autoras/es e obras nucleares do Pensamento Social Brasileiro porque, em boa medida, a própria realidade social e histórica onde hoje nos encontramos necessita de sua releitura que, na mesma tacada,

fornece-lhes novos empuxos interpretativos e revigora as interpretações sobre a realidade sócio-histórica que primeiro nos convocou, a nós e às/aos nossas/os clássicas/os. As abordagens que lá foram desenvolvidas revelavam que as/os autoras/es e suas respectivas obras podem ser rejuvenescidas/os à medida que envelhecem somente se não as/os abandonamos. Para ousar um neologismo que remete a outro autor - desta vez da literatura - que não se deve voltar, Guimarães Rosa, diríamos que se sentar à mesa junto de nossas/os clássicas/os é a melhor maneira de fazê-los "rejuvenhecer".

Realizado sob o formato remoto em função da pandemia que castigava o país, a Mesa contou, ao nosso juízo, com uma impressionante acolhida. Tal audiência irrigou nossas expectativas e estimulou todas/os as/os participantes da Mesa a continuar. A Profa. Eliane Veras, em virtude de sua aposentadoria, informou sua saída do grupo, mas indicou para o seu lugar outro craque, o Prof. Lucas Trindade da Silva (UFRN). O grupo, assim, naquele momento, compunha-se pelos seguintes nomes: Christiane Jalles, Enio Passiani, Helga Gahyva, Lucas Trindade e Sergio Tavoraro.

Fiel ao espírito da supracitada Mesa realizada no Congresso da Anpocs de 2021, no ano seguinte organizamos o *I Colóquio (Re)leituras desde o Pensamento Social Brasileiro: um balanço crítico*. Embora a pandemia da Covid-19 tenha arrefecido graças à vacinação ampla e aos cuidados assumidos pelas pessoas, como o uso de máscaras - a despeito da demorada resposta governamental e do comportamento temerário de inúmeras/os políticas/os, avaliação esta extensiva à chefia do Executivo -, seus efeitos, somados à postura do mesmo governo em relação ao financiamento da ciência e das universidades públicas federais, se faziam sentir e eram brutais, entre eles a falta de recursos para o financiamento de encontros acadêmico-científicos e para as viagens de pesquisadoras/es. Por isso, o *Colóquio* foi realizado no formato remoto, com a participação à distância de docentes e alunas/os de mestrado e doutorado de várias universidades, especialmente das regiões Norte e Nordeste do país.

É preciso enfatizar que uma de nossas preocupações era (e continua a ser) justamente estimular a diversidade étnico-racial, de gênero e regional do encontro e das demais atividades que porventura realizemos.

O evento tomava as efemérides comemoradas em 2022 – o bicentenário da Independência, os centenários da Semana de Arte Moderna e do nascimento de Darcy Ribeiro – como um momento propício para retornar em profundidade a temas e obras do Pensamento Social Brasileiro. Buscava-se reler o campo em dois principais sentidos: 1) como inventário de trabalhos e ideias fundamentais para entender o país, por seu impacto prático e por sua atualidade e fecundidade heurística; e 2) como área de investigação interdisciplinar com inegável consolidação no âmbito das ciências sociais brasileiras. Assim orientado, o *Colóquio* estruturava-se em quatro mesas, realizadas virtualmente nas manhãs e tardes dos dias 29 e 30 de agosto: 1) Invenções do Brasil, 2) Modernismos no Brasil, 3) (Re)leituras do pensamento social brasileiro; 4) Estabelecidos e *outsiders* do/no pensamento social brasileiro.

Em 2023, desabrochava o *Grupo de Trabalho Estabelecidos e Outsiders do Pensamento Social Brasileiro*, organizado pelos professores Lucas Trindade da Silva e Marcos Abraão Ribeiro (Instituto Federal Fluminense), no âmbito do 3º *Seminário de Pensamento Social Brasileiro: intelectuais, cultura e democracia*.

O GT *Estabelecidos e Outsiders do Pensamento Social Brasileiro* inspirava-se no binário consagrado na obra de Norbert Elias para reler o chamado Pensamento Social Brasileiro em alguns dos principais sentidos, acolhendo propostas que enveredavam nas seguintes reflexões: 1) trabalhos que procurassem questionar e reconfigurar o cânone do campo, demonstrando a importância e a fecundidade de autoras/es institucional e conceitualmente marginalizados(as); 2) trabalhos que relessem obras consagradas a partir das provocações emergentes dessa “insurreição dos saberes” ou,

em outras palavras, trabalhos que retornassem às/aos clássicas/os (ortodoxia) imbuídos das questões ou interpelações advindas das margens (heterodoxia) do pensamento; 3) trabalhos que tensionassem a separação entre “teoria” e “pensamento” a partir das problemáticas postas pelo Pensamento Social Brasileiro, tomando, nesse sentido, o pensamento como o “outsider” da teoria “estabelecida”, em consideração ao estatuto teórico (ou não) do primeiro, obrigando a rediscutir os critérios definidores da teoria social.

Geralmente, reuniões acadêmicas produzem - pelo menos é o que esperamos - a troca de ideias e um diálogo rico e crítico e, eventualmente, encontros e parcerias intelectuais, que, a rigor, deveriam ser mais frequentes. É forçoso reconhecer, no entanto, que este não é um desdobramento corriqueiro. Afortunadamente, tem sido outro o destino de nossa experiência: a cada empreitada, o grupo cresce um pouquinho com a entrada de novas/os integrantes, disso se seguindo resultados cada vez mais interessantes e promissores.

Depois do *I Colóquio (Re)leituras desde o Pensamento Social Brasileiro*, uma de suas participantes, a Profa. Ana Rodrigues Cavalcanti Alves (UFBA), juntou-se a nós. A realização do *GT Estabelecidos e Outsiders do Pensamento Social Brasileiro*, ao colocar Lucas Trindade e Marcos Abraão em contato, permitiu a integração deste último ao nosso coletivo, que encorpava mais um bocado. Esse trabalho conjunto possibilitou, ainda, a aproximação do Prof. Maro Lara Martins (UFES), que também se filiou ao grupo, ora registrado no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq com o nome de *Laboratório de Pesquisa e Estudos em Pensamento Social no Brasil (LAPES-Br)*.

Os eventos de 2022 e 2023, embora tenham sido realizados na modalidade *on-line*, contaram cada qual com uma sede, a Universidade Federal do Rio Grande Norte (UFRN) e a Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), respectivamente, que abrigaram os encontros e forneceram todo o amparo e auxílio técnico e humano necessários para a execução e sucesso de reuniões dessa natureza.

A floração daquele nosso primeiro empreendimento, em 2021, foi rápida e os frutos não pararam – e oxalá não cessem – de crescer. Por conseguinte, a colheita se renova a cada ano, como é o caso deste livro que, agora, o/a leitor/a tem em mãos. Esperamos que sua leitura seja tão prazerosa e satisfatória como tem sido o nosso trabalho.

O livro está organizado em duas grandes partes, inspiradas nos temas e linhas de reflexão acumulados ao longo dos encontros organizados pelo grupo e naquilo que percebemos como aspectos transversais aos textos aqui publicados. A primeira parte, *Modernismos e Invenções do Brasil*, agrupa os capítulos 1 ao 6. A segunda parte, *Releituras do Pensamento Social Brasileiro*, abarca do capítulo 7 ao 13. A afinidade dos capítulos com as partes em que foram inseridos é evidenciada, a seguir, na apresentação sintética de cada um.

Em *Diálogos modernistas entre Paulo Prado e Gilberto Freyre*, primeiro capítulo, Matheus Lôbo destaca como os dois autores, informados pelo caldo de cultura modernista, produziram reflexões sobre a formação nacional brasileira que, não obstante certas semelhanças, atribuíram sentidos diversos tanto à miscigenação quanto ao impacto das populações de origem africana na constituição do país. Ao comparar *Retrato do Brasil a Casa-Grande & Senzala*, Lôbo interpreta a obra inaugural de Freyre desde seu contexto de origem, ou seja, a partir de interrogações próprias ao ambiente intelectual característico da virada dos anos 1920 para o decênio seguinte, permitindo ao leitor problematizar versões contemporâneas que, anacronicamente, reduzem a obra do autor à questionável defesa da “democracia racial”.

No segundo capítulo, *As herdeiras e a tradição modernista: Oneyda Alvarenga, Gilda de Mello e Souza e o legado de Mário de Andrade*, Bárbara Pires e Luã Leal analisam as trajetórias de Oneyda Alvarenga (1911–1984) e Gilda de Mello e Souza (1919–2005). O argumento é que a condição social de guardiães da memória da obra de Mário de Andrade orientou as trajetórias intelectuais de Oneyda e Gilda, definindo seus interesses intelectuais, a circulação e os seus

reconhecimentos como intérpretes do modernismo brasileiro. Pires e Leal mostram que as relações Mário-Oneyda e Mário-Gilda foram da subordinação própria à condição de discípulas à autonomia relativa. A estratégia teórico-metodológica adotada por Bárbara Pires e Luã Leal, fundamentada nas orientações de Pierre Bourdieu, de atenção à ilusão biográfica, produz excelentes rendimentos. Oneyda e Gilda são analisadas tendo suas trajetórias cruzadas, revelando os impactos dos marcadores sociais de gênero, de região e de geração em percursos intelectuais. O texto de Bárbara Pires e Luã Leal contribuem para o entendimento das condições sociais da produção e para as formas de legitimação e de reconhecimento das intelectuais no Brasil.

O terceiro capítulo apresenta a contribuição de Bárbara Vital de Matos Oliveira em relação à articulação entre tradição e modernidade, uma das chaves para compreender o Brasil. Em *O engenheiro Itamar Franco: tradição e moderno*, Bárbara Oliveira apresenta algumas pistas interessantes sobre como as ideias de tradição e modernidade foram aplicadas no projeto de modernização brasileira. Dada a ideia de que a modernização no Brasil foi um projeto ambíguo, Bárbara Oliveira analisa ideias em ação. O objetivo é analisar a ação de um político e suas práticas de governo que criaram uma imagem pública que oscilava entre o moderno e o tradicional. Itamar Franco, ao longo da sua trajetória política, desde o cargo de prefeito de Juiz de Fora (MG) até o cargo de presidente da República (1992–1995), uniu uma perspectiva moderna, fundamentada na formação em engenharia, com valores de uma tradição política mineira. O artigo demonstra como a tradição e o moderno são amalgamados pelos indivíduos, formando identidades políticas. Bárbara Oliveira apresenta, claramente, a ligação entre ação política e pensamento social brasileiro, demonstrando como as noções de tradição e modernidade moldam as visões do Brasil.

No quarto capítulo, *Amefricanidade e pretuguês: a fala do lixo da lógica*, Victor Coutinho Lage mobiliza a reinvenção do Brasil operada pelas categorias de “pretuguês” e “amefricanidade”, na obra

de Lélia González, para inserir-se criticamente nos debates em torno da relação entre interseccionalidade (de raça, etnia, gênero, classe, sexualidade, entre outros) e agência de subjetividades “não ocidentais” (para além da resistência ou silenciamento), em particular na teoria política, na teoria sociológica e na teoria das relações internacionais. Para Lage, González contribui para esse debate na medida em que propõe uma teorização sobre a agência que articula: uma abordagem *interseccional* dos marcadores sociais de discriminação; um olhar *indisciplinar* (herético em relação às fronteiras disciplinares) quando observa a heterogeneidade das formas de agência que constituem a formação brasileira; uma perspectiva *internacional*, que relaciona a agência com a dinâmica, passada e presente, das relações coloniais. Ao longo do texto, o autor propõe frutíferas interlocuções entre a obra de González e o trabalho de autoras/es como W.E.B Du Bois (a relação entre modernidade e linha de cor em nível global) e Gayatri Spivak (e sua problematização sobre a im/possibilidade da fala subalterna).

No capítulo cinco, *Darcy Ribeiro e a Antropologia: breves notas biográficas acerca de uma escolha*, Rafael Gomes N. Pereira aborda os primeiros anos da formação acadêmica do autor para, a partir de seus textos autobiográficos e do ambiente intelectual no qual estava inserido, compreender como ele se formou e, conjuntamente, a maneira pela qual procurou construir uma justificativa para a trajetória que tomou na Antropologia. Para tanto, Pereira divide sua abordagem em dois momentos. No primeiro, versa sobre os primeiros contatos de Darcy com as letras, de modo a enfatizar sua inclinação para o mundo literário. Também discorre sobre a ida dele para São Paulo após o abandono dos estudos médicos, em Belo Horizonte, sua formação no bacharelado na Escola Livre de Sociologia e Política - ELSP e sua opção pelos estudos etnológicos com a orientação de Hebert Baldus. No segundo, discorre sobre a atuação do antropólogo à frente do Serviço de Proteção aos Índios (SPI) e os seus primeiros estudos etnográficos durante o período em que esteve como

pesquisador do órgão. Pereira defende que a passagem de Darcy pelo SPI conferiu-lhe condições de sistematizar suas pesquisas por meio da experiência de campo e da consolidação de uma tradição de estudos acerca do indigenismo, que mobilizaram seu pensamento por décadas seguintes na busca das raízes da brasilidade.

No capítulo *Apontamentos sobre a percepção da formação do capitalismo brasileiro como “via prussiana” em Carlos Nelson Coutinho e sua crítica por J. Chasin*, Vânia Noeli Ferreira de Assunção debruça-se sobre uma categoria chave do pensamento marxista, elaborada à luz de trajetórias não-convencionais em direção à ordem capitalista. Conforme demonstra a autora, mobilizada por Coutinho em seu anseio de apreender aspectos que lhe pareciam distintivos da modernização brasileira, a noção de “via prussiana” serviu-lhe para retratar um quadro societário internamente fraturado, destaque feito à fragilidade perene de sua classe burguesa, impossibilitada de promover mudanças conducentes à autonomia nacional, e à ausência de protagonismo popular nos principais processos decisórios do país. Na acepção do intérprete, dessa condição especial resultaria uma sociedade sufocada por um aparato estatal impositivo, no mais das vezes divorciado das necessidades mais gerais da população, e caracterizada pela frequente acomodação do passado nas dinâmicas do presente. Importa também a Assunção investigar as críticas que José Chasin dirige às formulações de Coutinho, chamando atenção para a inadequação da ideia de “via prussiana” frente às inúmeras particularidades de um país que jamais conseguiu superar por inteiro os efeitos de seu passado colonial. Ao abordar uma problemática que continua a encontrar expressivo interesse sociológico, o texto da autora nos instiga a refletir sobre quais parâmetros analíticos podem ser úteis aos esforços de compreensão da condição do Brasil no cenário capitalista mundial.

No capítulo 7, *Para além do atraso e da singularidade: a atualidade do pensamento social e político brasileiro*, Marcos Abraão Ribeiro, Roberto Dutra e Maro Lara Martins têm como objetivo expor

os elementos gerais do pensamento social e político brasileiro, por meio de sua definição, exposição e crítica das teses do atraso e da singularidade realizadas por Jessé Souza, Sérgio Costa, Sergio Tavolaro e Christian Lynch. As leituras criticadas são responsáveis por interpretar o Brasil como realidade social e política essencialmente inferior às sociedades centrais. Os autores do capítulo defendem a necessidade de ruptura com as teses supracitadas para que a produção das ciências sociais brasileiras se afaste da posição de subalternidade estrutural na geopolítica do conhecimento. A partir das teorias de Jessé Souza, José Maurício Domingues e Wanderley Guilherme dos Santos, eles contestam a distinção entre teoria social e política geral e pensamento social e político particular, isto é, o monopólio dos autores cêntricos na definição e produção de teoria. A partir da teoria da sociedade mundial de Niklas Luhmann, que transcende a diferença colonial entre centro/periferia, os autores defendem que a atualidade da produção brasileira está em caracterizá-la como teoria social e política. Assim, haverá condições de estabelecer diálogos mais horizontais com *as/os teóricas/os* dos países centrais, pois a tarefa principal é caracterizar o pensamento social e político brasileiro como um campo de produção do conhecimento que oferece conceitos e inovações teóricas que possibilitam condições de estabelecer novas formas de compreensão sobre a modernidade social e política amplamente concebida.

O capítulo *Redimensionando Guerreiro Ramos: um exercício de releitura da sociologia brasileira*, de Ana Rodrigues Cavalcanti Alves e Lucas Amaral de Oliveira, soma-se aos recentes esforços de resgate da trajetória e obra de Guerreiro Ramos, destacando suas convergências com o pensamento pós-colonial desde os anos 1950. A inserção nesse debate é realizada por meio de uma análise da redução sociológica, proposta pelo autor, como uma alternativa teórico-metodológica para o fortalecimento das epistemologias pós-coloniais. Alves e Oliveira inscrevem o sociólogo baiano dentro de uma heterogênea vertente crítica da sociologia brasileira, marcada historicamente pela discussão sobre o estatuto da disciplina em

contextos periféricos e pelo combate ao eurocentrismo e ao colonialismo que informam as ciências sociais. Embora essa discussão seja mobilizada no texto como uma possibilidade de aproximação com abordagens pós-coloniais, os autores também destacam as diferenças em relação às posições mais radicais que advogam uma ruptura com teorias e ideais normativos produzidos no Atlântico Norte. A redução sociológica – definida por Guerreiro Ramos como um método crítico-assimilativo de repertórios teóricos de fora, adaptados localmente – é percebida como registro epistemológico dessa preocupação no contexto nacional. Nesse sentido, a releitura empreendida da redução sociológica expressa não somente a atualidade do autor, mas também o potencial de um diálogo cruzado entre a sociologia brasileira e o pensamento pós-colonial.

No capítulo nove, *A recepção e a crítica do conceito de “sobrevivências africanas” no pensamento de Guerreiro Ramos (1948–1955)*, Nikolas Pallisser Silva e Alan Caldas abordam a circulação e recepção das ideias formuladas nos países centrais em contexto periférico. Para tanto, os autores estabelecem, na primeira parte, breve historicização e revisão bibliográfica do conceito de “sobrevivência africana” elaborado por Melville Jean Herskovits, que foi usado nas ciências sociais para pensar as relações entre América e África. Eles também analisam as relações tecidas pela rede de intelectuais que, direta ou indiretamente, influenciaram ou foram influenciados pela categoria de Herskovits. Em seguida, Palissier e Caldas abordam a maneira como Guerreiro Ramos, quando era militante do Teatro Experimental do Negro - TEN, entre 1948 e 1950, recepcionou o conceito. Por fim, os autores enfocam as críticas realizadas pelo sociólogo brasileiro, a partir de 1953, à categoria de Herskovits. Os autores defendem que a crítica de Ramos possui duas dimensões. A primeira é inverter o conceito de sobrevivências para pensar práticas descontextualizadas vindas do Ocidente, sobretudo, o culto à branquitude ou o racismo. A segunda dimensão consiste em um abandono crítico do conceito, que não é mais mobilizado para interpretar as conexões dos povos de origem africana com a América.

Os capítulos dez, onze e doze convergem por realizarem, a partir de diferentes perspectivas, e salientando temas diversos, releituras do pensamento de Florestan Fernandes.

O primeiro deles, intitulado *Florestan Fernandes e o estilo lumpen de pensamento: uma sociologia marginal na periferia do capitalismo*, escrito por Diogo Valença de Azevedo Costa, aborda dois aspectos nada ou pouco explorados pela fortuna crítica em torno da obra do sociólogo paulista: primeiramente, propõe, inspirado na sociologia do conhecimento de Karl Mannheim, a noção “estilo *lumpen* de pensamento” como chave para compreender a trajetória intelectual e política de Florestan, caracterizada por um radicalismo crítico crescente e atravessada pelo compromisso teórico, ético e prático com as classes subalternizadas; em segundo lugar, o texto reconstrói em linhas gerais a inserção latino-americana da obra do autor. Ao longo do texto, vê-se o esforço de exprimir a articulação entre esses dois aspectos, salientando como, por um lado, em suas principais obras, de modo mais ou menos explícito, Florestan nunca perde de vista a América Latina; por outro lado, revela-se como a sua formulação e explicação originais dos dilemas brasileiros e latino-americanos enraíza-se em seu estilo de pensamento *lumpen*. Busca-se, assim, outro modo de ler as interlocuções do sociólogo paulista com o pensamento social brasileiro, latino-americano e com a teoria social de maneira mais ampla.

No capítulo onze, Lucas Trindade, também em um exercício de releitura, apresenta-nos, como o próprio título do capítulo informa, *Um Florestan para além da “tese da singularidade brasileira”*, tese formalizada e escrutinada no trabalho de Tavolaro. Em uma primeira seção, busca-se, sintetizando o argumento de Tavolaro, salientar a forma como este enquadra Florestan no interior daquela tese. Em uma ampla segunda seção, após reforçar aspectos da leitura feita por Tavolaro, o esforço consiste em apresentar elementos da obra do sociólogo paulista que sugerem possibilidades de ir além da grade cognitiva que enquadra a formação social brasileira

como uma experiência de modernidade inautêntica, desviante e singular. Três são os momentos da obra de Florestan salientados ao longo do texto: a) um primeiro, de pleno enquadramento no interior da tese que concebe o Brasil como uma singularidade inautêntica e desviante; b) um segundo momento no qual o diagnóstico da singular modernidade brasileira (feito em contraste com modelos clássicos) se desatrela do imaginário do desvio e do inautêntico; c) um terceiro momento que tensiona e vai além do próprio imaginário da singularidade brasileira.

O significado do protesto negro: colonialismo, capitalismo dependente e questão racial em Florestan Fernandes, escrito por Matheus de Carvalho Barros, baseia-se em releituras recentes da obra de Florestan para analisar a articulação entre raça e classe em seu pensamento. Para o autor, a reflexão do sociólogo paulista sobre as desigualdades raciais no Brasil deve necessariamente ser pensada em conjunto com os dilemas históricos do subdesenvolvimento, do capitalismo dependente e da revolução burguesa no Brasil e na América Latina. O texto tem o mérito de apresentar-nos o caráter descolonizador da obra de Florestan e como o seu radicalismo socialista está fundamentalmente vinculado a um radicalismo antirracista.

Em *Um esboço de interpretação sobre o pensamento social de Chico de Oliveira: do radicalismo de classe média ao marxismo*, Marcelo Sevaybricker Moreira realiza uma análise do riquíssimo itinerário intelectual do autor de *Crítica à razão dualista* e de outras obras que marcaram época no debate sociológico brasileiro. Com efeito, conforme Sevaybricker dá a entender, seria estéril querer discernir, na fatura de Francisco de Oliveira, um conjunto por demais coeso de ideias, tampouco afirmações peremptórias ou imutáveis acerca da realidade nacional. Longe disso, ao revisitar trabalhos produzidos ao longo de vários anos de efervescente atividade profissional (vale frisar, dentro e fora da academia), percebe-se um pensador a um só tempo sofisticado e engenhoso, sempre em busca da identificação dos percalços e perspectivas da sociedade brasileira.

Sem perder de vista a recorrência de agendas de reflexão que atravessam parte considerável de sua vasta produção, a opção anunciada é pelo exame dos distintos momentos do percurso intelectual percorrido por Chico de Oliveira, atento às viradas teóricas e às alterações de percepção a propósito do cenário político e econômico contemporâneo. Como outros textos do volume ora apresentado, o capítulo em tela constitui uma ótima oportunidade não apenas para se estimar a atualidade de obras de interpretação do Brasil, mas também para fazê-las dialogar e, por que não dizer, polemizar com os “cânones” da teoria sociológica.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (Fapes) – 107/2024 - P: 2024-F1SQB - através do Edital Fapes nº 20/2023 - organização de eventos técnico-científicos - 1ª chamada.

As/os Organizadoras/es